



Ilmo. Sr. Pres. Da Comissão Licitante da Prefeitura Municipal de Itapipoca.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 25.01.10-PE

INLABEL SOLUÇÕES EM RÓTULOS ADESIVOSEIRELI EPP, com sede à R. Capitão Alberto Mendes Junior, 30 – Anexo A - Centro - Santos/SP – CEP 11.015-290, C.N.P.J. 20.772.716/0001-14, vem apresentar a seguinte **IMPUGNAÇÃO**:

O presente edital visa aquisição de itens na forma de lotes.

Entretanto como se verifica na relação de itens do lote 1, os itens estão alocados juntos apenas por serem em teses "similares".

Inegável tamanha discrepância entre os itens licitados, não havendo como mantê-los em grupo, sabido é que a aquisição de itens por grupo somente deve ser realizada com ITENS SIMILARES, o que de forma alguma ocorre neste edital.

Não há como manter em grupo dois itens totalmente diferentes somente por terem, "em tese" serem similares, mas etiquetas não são fabricadas/vendidas pelos mesmos que produzem/vendem cadernos, agendas, livros, etc, **pois suas formas de produção são distintas**, e utilizam equipamentos diferentes.

A separação dos itens traria aumento de licitantes e com isso, competitividade, gerando aumentando da qualidade e redução de custos. Correto seria desmembrar ositens, a fim de cumprir um dos principais princípios da licitação pública, qual seja da ampla disputa.

<u>VEJA súmula do TCU (TRIBUNAL DE</u> CONTAS DA UNIÃO):''SÚMULA Nº 247

É obrigatória a admissão da adjudicação por item enão por preco global, nos editais das licitações paraa contratação de obras, serviços, comprase alienações, cujo objeto seja divisível, desde que nãohaja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perdade economia de escala, tendo em vistao objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisiçãoda totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." (grifonosso)

Veja o entendimento da Procuradoria do Estado de São Paulo (inserido no site de licitações deste estado):

"Entende-se por "agrupamento de produtos diversosem um único item" a reunião num item de produtos de natureza similar e pertencentes ao mesmosegmento de mercado, visando a realização de uma única licitação e/ou a diminuição da quantidade de itens no certame. A viabilidade do agrupamento merecerá análise específica e apurada em cada caso concreto, de modo a não restringir o caráter competitivo de certame e, a partir daí, levar a escolha de proposta menos vantajosa para a Administração. "

No mesmo sentido, as seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

"Decisão 192/1998 - Plenário - TCU

2.3. quando da realização de procedimento licitatório cujo objeto seja de natureza divisível, semprejuízo do conjunto ou complexo, proceda àadjudicação por itens ou promova licitações distintas, tendo em vista o disposto nos arts. 3°, § 1°, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1° e 2°, da Lei n° 8.666/93, bem como o entendimento firmado por esteTribunal na Decisãon° 393/94-TCU-Plenário (Ata n°27/94, DOU de 29/6/1994);"

"Decisão 393/1994 - Plenário - TCU

1. firmar o entendimento, de que, em decorrência do disposto no



art. 3°, § 1°, inciso I; art.8°, § 1° e artigo 15, inciso IV, todos da Lei n° 8. obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o objetofor de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantesque, embora não dispondo de capacidadepara a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência aitens ou unidades autônomas, devendo as exigênciasde habilitação adequarem-se a essa divisibilidade;"

Há inclusive julgado que não aceita o somatório de itens que paraalguns seriam "aparentemente" idênticos (etiquetas, papéis e fitas para impressoras):

"Retomando os argumentos traçados no item 20.4, entendemos que as demais aquisiçõespossuem características peculiares entre si e com as aquisições de cartuchos, toners e fitaspara impressoras, pois envolvem especializações diversas. Embora seja verdadeiro que existam empresas de informática que fornecem todos esses componentes, com muito maispropriedade poderemos dizer que os objetos possuem peculiaridades, fazendo com que seja lícita a contratação separada, sem a utilização do dever de somatório, pois, ainda mais, é óbvio que existem inúmeras empresas especializadas, em separado, em cadaum desse tipos de produtos. (decisão do TCU, Acórdão 1426/2009 - Plenário Número Interno do Documento AC-1426-26/09-P Grupo/Classe/Colegiado GRUPO I / CLASSEI / Plenário Processo 003.515/2004-7)

Se ainda faltem argumentos a favor do desmembramento, o nobre doutrinador Marçal Justen Filho assim encerra: "O art. 23, §1°, impõe o fracionamento como obrigatório. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados. O fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o númerode pessoas em condição de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Tratase não apenas de realizar o princípio da isonomia, mas da própria eficiência. A competição produz redução de preços e se supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através da realização de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única" (grifo acrescido. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª ed. São Paulo: Dialética, 2010. p. 276)

É correto afirmar que o critério de julgamento do "menor preço por lote", em tese, **fere frontalmente, o princípio da economicidade, não se traduzindo na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração,** posto que somente seriaobtida com o critério "menor preço por item", na forma prevista no art. 15, IV da Lei n° 8.666/93, ao estabelecer que "as compras, sempre que possível, deverão ser subdivididasem tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade."TC-004720/026/10.

Por isso, requer seja realizado o **DESMEMBRAMENTO DOS ITENS** do lote 1. Manter-se em grupo é inegavelmente **nocivo e sem justificativa legal e ou prática**, requer o desmembramento a fim de atender melhor ao edital e porconseguinte administração pública e a legislação em vigor.

Nestes termos, pede deferimento.

Santos/SP 25/09/2025.

J-h

20.772.716/0001-14

INLABEL

SOLUÇÕES EM RÓTULOS ADESNOS EIRELI - EPP

Rua Basilio Alves Morango, 1745 - 1º andar

Pq. Edu Chaves - CEP 02222-001

SAO PAULO - SP

INLABEL SOLUÇÕES EM RÓTULOS ADESIVOS EIRELI – EPP

Maria Solange dos Santos - Rep. LegalCarteira de Identidade



n° 15.490.623-2 CPF n° 049.259.028-14

